

# Diário do Legislativo de 27/10/2010

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB-PP--PMN-PR-)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV--PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Vanderlei Miranda

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente  
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente  
Nogueira

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado BSD  
Lafayette de Andrada

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado Padre PT  
João

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander BPS  
Borges

Deputado Delvito Alves BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PTB Presidente  
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente  
Guedes

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Wander BPS  
Borges

Deputado Doutor PDT  
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PT

Deputada Maria Tereza PT  
Lara

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Doutor Rinaldo BPS  
Valério

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente  
Uejo

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado BPS  
Sebastião Costa

Deputado Padre PT  
João

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Delvito BSD  
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Délio BPS  
Malheiros

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Neider BPS

Moreira

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente  
Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente  
Juninho Araújo

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Marcus BSD  
Pestana

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD  
Fabiano

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente  
Malheiros

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado BSD

Deputado DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro Silva

Deputado Delvito Alves BSD

Deputado DEM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente  
Ângelo

Deputado Fahim BSD Vice-Presidente  
Sawan

Deputado BPS  
Antônio Genaro

Deputado PMDB  
Vanderlei  
Miranda

Deputado Delvito BSD  
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT  
Lara

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ruy DEM Presidente  
Muniz

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente  
Marra

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro Silva

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Carlin Pcdob  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves BSD

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputada Rosângela BPS  
Reis

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BSD Presidente  
Maia

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente  
Lessa

Deputado BSD  
Lafayette de  
Andrada

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado BPS  
Agostinho Patrus  
Filho

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

Deputado PMDB  
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD  
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS  
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente  
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente  
Souza Cruz

Deputado Luiz BSD  
Humberto  
Carneiro

Deputado Almir PT  
Paraca

Deputado Gil BSD  
Pereira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS  
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Carlos Gomes PT

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente  
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente  
Valadares

Deputado Gil BSD  
Pereira

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Tiago BPS  
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Wander BPS  
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente  
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Duarte BSD  
Bechir

Deputado Carlin Pcdob  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento



Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

#### COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS Presidente  
Carlos Arantes

Deputado BSD Vice-Presidente  
Domingos Sávio

Deputado Dilzon BSD  
Melo

Deputado Chico BPS  
Uejo

Deputado Carlos PT  
Gomes

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente  
Braz

Deputada Ana BSD Vice-Presidente  
Maria Resende

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Dimas BSD  
Fabiano

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca BSD  
Ferreira

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente  
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo Valério

Deputado Ruy DEM  
Muniz

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Doutor PDT  
Ronaldo

Deputado Marcus BSD  
Pestana

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João BSD Presidente  
Leite

Deputada Maria PT Vice-Presidente  
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado Tenente PDT  
Lúcio

Deputado Pinduca BSD  
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Gil Pereira BSD

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Walter Tosta BSD Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputada Cecília Ferramenta PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Pestana Marcus BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado André Quintão PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente  
Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente  
Diniz

Deputado Marcus BSD  
Pestana

Deputado Dilzon BSD  
Melo

Deputado PMDB  
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Juninho Araújo BSD

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar PDT Presidente  
da Silveira Jr.

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado Fábio BPS  
Avelar

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT  
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente Lúcio PDT

Deputado Zezé Perrella PDT

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

#### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente  
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PRB  
Abramo

Deputado Padre PT  
João

Deputado Gil DEM  
Pereira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Dimas Fabiano DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

##### SUMÁRIO

#### 1 - ORDENS DO DIA

##### 1.1 - Plenário

##### 1.2 - Comissões

#### 2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### 2.1 - Plenário

##### 2.2 - Comissão

#### 3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

#### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/10/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Bemge e do Credireal, alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas ditadas pelo Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação das Emendas nºs 2, 3 e 4.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 27/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter, em audiência pública, esclarecimentos sobre o assassinato de Wayne do Carmo Braga, que teria sido cometido pelo Cabo PM Ezequiel Pinheiro Ramos, com convidados que menciona.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 27/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 27/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 27/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 27/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.693/2010, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 27/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 18ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 27/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.836/2010, do Deputado Juninho Araújo.

Finalidade: debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 4.516/2010, de autoria do Deputado Domingos Sávio, que altera o art. 3º da Lei nº 18.037, de 12/1/2009, que dispõe sobre o cadastro de entidades representativas de despachantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 27/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.480, 6.482 e 6.483/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 6.523 e 6.524/2010, do Deputado Wander Borges; 6.531/2010, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 6.561 e 6.562/2010, do Deputado Carlin Moura; 6.590/2010, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; 6.612/2010, do Deputado Carlin Moura; 6.620/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 6.629, 6.637, 6.645 e 6.676/2010, do Deputado Wander Borges; 6.691 e 6.692/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 6.695/2010, do Deputado Alencar da Silveira Jr. e 6.696/2010, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 27/10/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 27/10/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.694/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 27/10/2010, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado de Minas Gerais; e 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S. A., do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A., alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas ditadas pelo Conselho Monetário Nacional e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 26 de outubro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Uejo, Célio Moreira, Delvito Alves, Gilberto Abramo, Padre João e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/10/2010, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o turno único dos Projetos de Lei nºs 4.884/2010, da Deputada Ana Maria Resende, e 4.899/2010, do Deputado Doutor Rinaldo Valério; de discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 4.459/2010, do Deputado Ruy Muniz, e 4.771/2010, do Governador do Estado; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 3.161/2009, da Deputada Maria Tereza Lara, 3.904/2009, do Deputado Fahim Sawan, 4.303/2010, do Deputado Inácio Franco, 4.666/2010, do Deputado Carlin Moura, 4.867/2010, do Deputado Juninho Araújo, 4.868/2010, do Deputado Fahim Sawan, 4.873/2010, do Deputado Agostinho Patrus Filho, 4.874 e 4.875/2010, do Deputado Durval Ângelo, 4.876/2010, do Deputado Antônio Júlio, 4.877/2010, do Deputado Jayro Lessa, 4.879/2010, do Deputado Delvito Alves, 4.882/2010, do Deputado Wander Borges, 4.885/2010, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 4.887, 4.888 e 4.889/2010, do Deputado Eros Biondini, 4.890 e 4.891/2010, do Deputado Fábio Avelar, 4.896/2010, do Deputado Tenente Lúcio, 4.906/2010, do Deputado Antônio Júlio, 4.909/2010, do Deputado Alencar da Silveira Jr., 4.910/2010, do Deputado Célio Moreira, 4.912/2010, do Deputado Rômulo Veneroso,



4.913/2010, do Deputado Domingos Sávio, 4.922/2010, do Deputado Inácio Franco; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.836/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Juninho Araújo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Universidade Ativa, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.836/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação Universidade Ativa, com sede no Município de Belo Horizonte. Trata-se de entidade sem fins econômicos, que possui objetivos de caráter social.

Com efeito, a Associação planeja, desenvolve e realiza projetos sociais nas áreas de saúde, cultura, esporte, turismo e educação, voltados para as comunidades de maior vulnerabilidade social; cadastra, orienta e direciona estudantes universitários para o trabalho voluntário, estimulando a sua participação em ações comunitárias; propõe e divulga projetos e atividades de inclusão social em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -; implementa ações de acolhimento, atendimento, educação e capacitação de crianças e adolescentes em situação de risco social; promove a cultura regional e divulga as atividades de diferentes grupos artísticos; pratica ações de sustentabilidade, inclusão socioambiental, educação e conscientização ambientais e de geração de renda e empreendedorismo social; realiza eventos e atividades esportivas e de lazer; estimula o turismo e contribui para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da população.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.836/2010 em turno único.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 20/10/2010

O Deputado Antônio Carlos Arantes\* - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, nossos companheiros da tribuna, é com grande alegria que volto a falar com os nossos amigos deste Plenário. Falar como Deputado reeleito, graças aos 90% dos eleitores de minha região, aos 10% dos belo-horizontinos e às pessoas da região de Lima Duarte e Caxambu, que acreditaram em meu trabalho sério e em minha confiança em Deus. Trabalho ao lado de pessoas boas que me ajudam a construir excelentes projetos.

Com trabalho, as coisas dão certo, tanto é assim, que deram. Tivemos dois parceiros durante este mandato: nosso Governador Aécio Neves, que foi bastante atuante e que deu grandes oportunidades às pessoas amantes do trabalho sério; e o Governador eleito, Antonio Anastasia, é outra pessoa que, desde o primeiro momento do governo Aécio Neves, esteve ao seu lado. Depois assumiu o cargo.

Também o Deputado Federal Carlos Melles, que trouxe recursos federais que contribuíram para o desenvolvimento da região, assim como as parcerias que fizeram com que a região crescesse.

Encontram-se aqui os meus amigos da cidade de Machado, dois Vereadores, o Alemão e o Paulinho, testemunhas dos avanços da nossa região e do Estado. Nas campanhas anteriores - os Srs. Deputados lembram-se bem disso -, era buraco em cima de buraco. Se, na campanha normal, você tinha um compromisso, e era necessário sair rápido de uma cidade para outra, e muitas vezes atrasado, era comum ficar parado na estrada, com o pneu estourado ou a roda entortada. Graças ao governo Aécio Neves e Antonio Anastasia, a esta Assembleia, com Secretários sérios, funcionários e servidores, houve muita contribuição para o desenvolvimento de nosso Estado. Pelo menos em relação a minha região, posso dizer que não vi nem um buraco nas nossas estradas estaduais. Se tivemos alguns problemas, não muitos, estes foram em estradas federais. Foi possível fazer campanha, Deputado João Leite, 20 horas por dia, debaixo de chuva, sem correr o risco que corríamos no passado. Portanto foi a campanha mais tranquila, se analisarmos pela questão de segurança nas rodovias de nosso Estado. Houve muitos avanços: mais de 150 escolas foram reformadas, recuperadas, ampliadas, houve construção de espaços com quadra coberta; mais de 50 postos de saúde; e mais de 500km de estradas recuperadas, só na nossa região. Quanto aos avanços da segurança, no perímetro urbano, podemos dizer que eles foram grandes, mas, no meio rural, temos muito que fazer.

Então aproveito para agradecer a nossos 74.590 eleitores, que acreditaram na nossa proposta; a minha família, que sempre esteve do meu lado; aos meus grandes amigos, grandes parceiros; aos nossos amigos Deputados Estaduais, cujo trabalho foi desenvolvido de forma coletiva,

em parceria, nesta Casa.

Podemos dizer que os compromissos continuam e que ainda há muito que fazer. Houve avanços na questão da segurança nos perímetros urbanos, as cidades estão mais seguras, mas é preciso avançar mais e fiquei muito preocupado com o que vi nos Distritos e nos povoados. Nos Distritos e nos povoados, Deputado João Leite, nós, V. Exa., que faz parte da Comissão de Segurança Pública, que é muito atuante e faz um belo trabalho, temos de ter uma ação emergente e imediata para dar segurança às famílias, porque esses locais viraram hoje a casa de muita gente que não tem respeito com a família. Principalmente na minha região, aparece muita gente de fora, paulistas, que se espalha nos Distritos, fazendo com que as verdadeiras famílias que ali residem percam a capacidade de ter liberdade. O local vira foco de tráfico de droga, muita bebida alcoólica, prostituição, e as famílias estão acuada. Um exemplo claro é São Sebastião do Paraíso, um dos maiores exemplos negativos de violência. Podemos comemorar - talvez seja recorde no Brasil -, pois, em 20 meses, não houve um assassinato ali, e era comum haver um por mês. Em média, havia 12 a 15 assassinatos por ano, e a cidade ficou por 20 meses sem assassinato. Mas, infelizmente, na semana passada ocorreu um caso com um pessoal de fora da região, assassinado por alguém de fora também. Quanto a assaltos, a média era de 30 a 40 casos por mês, e hoje a média é de 3, 4. Se acontece um assalto, pega-se quem o praticou, e antes disso não ocorria, não se fazia nada. Então houve avanços. Na região, a 22km de São Sebastião do Paraíso, há um Distrito que se chama Guardinha. A população daquele lugar não tem segurança, porque só há um policial, que trabalha 8 horas e fica 24 horas de folga, quando há. Então, a moçada toma conta do povoado. Normalmente, nos Distritos e povoados, a opção de lazer para as famílias é muito pequena. Assim, o programa é beber cachaça no boteco, resultando em problemas com drogas e prostituição. Preocupados com isso, estivemos com o Governador Antonio Anastasia, um pouco antes de sua eleição. Ele nos deu a alegria de dizer que também está preocupado com a situação e criará algum programa de proteção ao meio rural, aos Distritos e aos povoados.

Estive num lugar chamado Guaianases, em Capetinga. As famílias do lugar, a partir de 18 horas, se recolhem aos seus lares, já não ficam nas ruas por medo de bandidos que vêm de Ribeirão Preto, de Franca e lá se instalam. Eles fazem isso, porque há facilidades, podem ir e voltar a qualquer hora, além de não haver policiamento no local. Precisamos, pois, dar o exemplo que foi dado nas cidades, com o avanço da segurança e a redução da criminalidade. Mas o crime migra. Quando há um aperto em São Paulo, em Franca, em Ribeirão Preto, ele vai para São Sebastião do Paraíso, para Passos, para Guaxupé. Quando há um aperto nesses locais, ele migra para os povoados, os Distritos e as zonas rurais. Temos, agora, de dar proteção também a essas localidades.

Estamos vendo também - o que para mim não é nenhuma novidade - o produtor rural cada dia mais empobrecido. Deputado Adelmo, os pais na nossa região dizem que serão a última geração rural, pois os filhos não ficarão no campo. Isso ocorre porque não há geração de renda e emprego nessas localidades. A onda de consumismo estimulada pelos meios de comunicação aumentou esses problemas. Se nem o produtor rural, que tem uma certa renda e é estabilizado economicamente, consegue ter renda para movimentar seus negócios normalmente, imaginem com essa onda de consumismo. Trata-se de uma questão de falta de política nacional de proteção ao produtor rural, de uma política econômica direcionada a esse segmento. O emprego que se gera no campo é o mais barato. Apenas com R\$5.000,00, gera-se um emprego direto, que, por sua vez, gera uma média de dois ou três empregos indiretos. Faz-se, então, emprego no campo de forma pouco onerosa. Na indústria automobilística, por exemplo, gastam-se R\$2.000.000,00 para gerar um emprego. A vocação do Brasil, minha gente, está no campo. Basta olhar nossa balança comercial. O que pesa na balança quando se analisam as exportações? É o setor agropecuário, resultante do suor, do trabalho sofrido do produtor rural, ou a mineração, que é um produto natural, fruto de pesquisa. Afora isso, percebemos que o Brasil não consegue competir com os países desenvolvidos. Somos competentes mesmo nos setores agropecuário e minerário. Infelizmente, falta política que dê proteção a esse produtor rural.

Hoje, o milho está em R\$25,00, mas o produtor, na hora de vendê-lo, vende a R\$10,00, R\$12,00, tendo gasto R\$17,00 ou R\$18,00. Um litro de leite, hoje, que chegou a ser vendido a R\$0,35 ou R\$0,40, foi até R\$0,80 ou R\$0,90. Numa região que tem uma cooperativa organizada como a nossa, que tem o Minas Leite, que movimenta 1.700.000 litros, numa junção de 25 cooperativas, ainda conseguimos vender o leite a R\$0,70, mas ele está custando mais. Na região da Zona da Mata, no próprio Sul de Minas, o leite está sendo vendido a R\$0,60, R\$0,45, R\$0,55. Então, o prejuízo é grande.

Estivemos com o Governador Antonio Anastasia em várias ocasiões, eu e o Deputado Melles, nas reuniões com os produtores rurais. A última foi no Palácio das Mangueiras, faltando uns 10 dias para as eleições, reunimos com essas cooperativas para mostrar ao Governador as dificuldades do produtor rural e das cooperativas de competir com as multinacionais. Expusemos a ele que, se não houver uma política de proteção ao produtor, vinda do governo federal, nossas terras cairão nas mãos das multinacionais, como já ocorreu muito em nossa região e principalmente no Norte paulista, onde 80% das terras passaram para as mãos não de paulistas nem de cariocas, mas de multinacionais, apenas em 10 anos.

Não compraram as terras para produzir soja, cana nem laranja. Na verdade, produzem, diretamente, o suco; como já têm a laranja, verticalizam tudo. Plantam cana de açúcar, mas, na realidade, estão produzindo álcool; plantam soja, mas estão produzindo óleo. É dessa forma que ganham dinheiro, enquanto, por outro lado, o coitado do produtor, grande, médio ou pequeno, não consegue ficar por já não haver competitividade.

Se o governo federal tem tido essa dificuldade, ou seja, se não consegue dispor de uma política forte de proteção ao produtor, porque o Estado não faz a sua? Afinal, o Estado de Minas é maior que muitos países da Europa e da própria América. Por exemplo, seria necessário um punhado de países sul-americanos para formarem um Estado de Minas Gerais. Se falarmos em café, Minas Gerais produz mais que o 2º país produtor de café do mundo, que é a Colômbia. Sozinha, Minas Gerais produz muito mais. Então, podemos ter uma política de proteção ao produtor, isto é, uma política direcionada ao nosso produtor, pois somos quase um país e podemos fazer a diferença.

Sentimos uma grande alegria quando o Governador assumiu o compromisso de fazer um programa direcionado ao produtor rural, principalmente ao produtor de leite e de café. O café gera, no Brasil, 8 milhões de empregos. Só no campo, são gerados diretamente 2 milhões de empregos. Se Minas Gerais produz a metade, significa que, só neste Estado, o café gera mais de 1 milhão de empregos.

No que se refere ao leite, só em nossa região de Alfenas, que compreende também São Sebastião do Paraíso e Lavras, há 25 cooperativas que produzem R\$1.700.000.000,00. Isso fora o que não passa pela cooperativa. Esse valor corresponde a 2% do leite brasileiro. Portanto, seria necessária uma política para segurar esses produtores rurais no campo, e essa é a nossa expectativa. O meu mandato será direcionado para esse setor, porque, se gerarmos empregos e mantivermos o produtor no campo, produzindo café e leite, quem estiver na cidade e no comércio também será beneficiado, pois venderá mais e, conseqüentemente, terá mais renda. Afinal, o campo é que faz a cidade movimentar-se.

Tratarei de outro programa que envolve a questão universitária. Hoje vemos muitos jovens - não só filhos de produtores rurais, mas também de famílias que vivem em áreas urbanas -, que querem estudar, mas não têm dinheiro. Essas famílias não possuem renda. Precisamos estar juntos ao nosso Governador para ampliarmos a estadualização da Uemg, a fim de que ela chegue à nossa região: Passos, São Sebastião do Paraíso e Guaxupé. Atendendo a essas cidades, atenderia a nossa região. Precisamos de um governo federal comprometido com a ampliação das universidades federais de nossa região, caso contrário Minas Gerais poderá ver seus jovens se frustrarem, apesar de serem inteligentes e possuírem muita vontade de estudar e conseguir um emprego melhor.

Nesta semana assistimos a uma reportagem no "Jornal Nacional" que revelava ser Cingapura o país com mais milionários por metro quadrado. Apenas em 30 anos, passou de país miserável a país milionário, porque acreditou e investiu na educação, na profissionalização do cidadão, mas também adotou uma política de austeridade, seriedade e respeito. Graças a Deus também temos isso no governo Anastasia e Aécio Neves e juntos poderemos fazer também mais um grande governo para o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Cumprimento meu caro Deputado José Henrique, Presidente desta reunião. Cumprimento também os demais Deputados, as senhoras e os senhores.

Tratarei aqui de um assunto importante, mas antes gostaria de fazer um desabafo. Conversava com o Deputado Pinduca Ferreira, grande companheiro eleito legitimamente para mais um mandato nesta Casa, com mais de 60 mil votos.

Ele me relatava a verdadeira via-crúcis, as dificuldades que está passando, em decorrência das denúncias feitas e das sucessivas derrotas que vem sofrendo na comarca local, no Tribunal Regional Eleitoral e no Tribunal Superior Eleitoral. Certamente ele deverá recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

É importante dizer isso, porque, nessas eleições, ficou claro que o País não tem uma normatização da Justiça Eleitoral. O que vale hoje não vale amanhã. Os tribunais tomam decisões, muitas delas contraditórias, que ferem direitos e trazem desesperança para um Deputado como o Deputado Pinduca Ferreira, cujos votos vêm de uma população pobre, por ele assistida há muito tempo. Nós, que somos seus amigos e companheiros e que temos assistido ao seu trabalho nesta Casa, qualificamos como uma aberração política o que vem ocorrendo com ele. Parece que ele está dispondo de alguns bens para fazer uma defesa que naturalmente deveria vir dos Juizes que cuidam dos processos eleitorais.

A situação é complicada. Basta dizer que hoje o título de eleitor vale e amanhã já não vale. Baixa-se uma decisão dizendo que o eleitor, para votar, precisa do título e de um documento; porém, nas vésperas da eleição, o título já não vale nada, bastando o documento. Além disso, existe a questão da ficha limpa. Não sabemos se é para ela ser aplicada neste ano ou no ano que vem ou nas próximas eleições. Vimos, pela Rede Globo, a mídia, a imprensa, fazendo verdadeiros flagrantes de propinas para os Ministros do Supremo Tribunal, o que causa uma desilusão no eleitor e no político desestimulando-os muitas vezes.

V. Exa., Deputado Pinduca Ferreira, é um homem que tem de andar de cabeça erguida, pois não cometeu nenhum crime. Talvez o erro de V. Exa. - se é que podemos chamá-lo assim - foi ter feito uma defesa sistemática das pessoas mais pobres e humildes. V. Exa. tem usado o que recebe com o seu mandato para ajudar as pessoas pobres e humildes. Por outro lado, vemos o governo federal subsidiando os programas sociais que são praticamente os mesmos que V. Exa. ajuda, porém em escala menor, na cidade de Betim e na Região Metropolitana de Belo Horizonte. As bolsas e as benesses que o governo federal distribui não são punidas de forma alguma, e nós o aplaudimos por isso, porque é preciso incentivar essa ajuda. Há dois pesos e duas medidas. O governo federal faz, e não é punido; V. Exa. fez, ajudando muitas pessoas humildes, e agora corre o risco de não voltar para esta Casa, apesar da fantástica votação de mais de 60 mil votos obtidos justamente dessas pessoas humildes, sem precisar comprar esses votos. Acompanhei o trabalho de V. Exa. e sei que não fez nada errado para cair nessa contradição.

Deputado Pinduca Ferreira, daqui a pouco lhe passarei a palavra, mas antes tenho de dizer que o que está faltando neste país são pessoas corajosas para tomar decisões no Congresso Nacional, a fim de que haja uma verdadeira reforma política no País. Não podemos viver de uma legislação que vale hoje, mas não vale amanhã. Aliás, gostaria de aproveitar a presença do Deputado Domingos Sávio, que vai para o Congresso Nacional, e pedir a ele que fique atento a isso. O ex-Governador Aécio também disse que uma das primeiras providências que irá tomar, a primeira bandeira que irá empunhar, será a da reforma política, seguida da reforma tributária. Queremos uma legislação que valha para as eleições de hoje, de daqui a quatro e a oito anos. Não é possível continuarmos vivendo dessa forma.

Sobre o voto em trânsito, só no Norte de Minas perdemos mais de 200 mil votos de pessoas que estão colhendo café no Sul de Minas e que não puderam ir votar. O voto em trânsito só valeu para a Presidência da República.

Então precisamos de normatização da Justiça Eleitoral. Queremos também que se implante imediatamente o voto distrital, para acabar com a pouca-vergonha da compra de votos que ocorreu nestas eleições, quando pessoas desembarcaram no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri com verdadeiras malas pretas, comprando votos descarada e vergonhosamente. Mas a Justiça parece não ver o que está havendo nas regiões mais pobres. Se houvesse o voto distrital, com certeza absoluta, teríamos representação do Norte de Minas no Congresso Nacional. Entretanto, o Norte de Minas não elegeu nenhum Deputado Federal. Perdemos Deputados de qualidade, como Humberto Souto, grande homem público, Jairo Ataíde, Ruy Muniz e vários outros Deputados Federais que, hoje, poderiam estar representando essa região. Eles não aguentaram a pressão econômica, a pouca-vergonha ocorrida no Norte de Minas e nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O voto distrital precisa fazer parte da reforma política.

A Justiça não deve punir V. Exa., Deputado Pinduca, que agiu corretamente, com lisura, que é pobre e defende os pobres, mas sim os ricos, os poderosos, como vimos por aí. A Justiça não alcança pessoas que têm o poder econômico e podem contratar os melhores advogados. Está havendo essa aberração nestas eleições, e assim continuará, se a Justiça não tomar uma posição firme e procurar fazer com que as eleições no País sejam verdadeiramente limpas, feitas por homens corretos, probos e honrados, como V. Exa.

O Deputado Pinduca Ferreira (em aparte)\* - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo das galerias, funcionários da Assembleia, Deputado Carlos Pimenta, obrigado pela defesa. Em 2008, fizemos uma festa no dia das mulheres. Há um grupo do PT que me vigia a cada passo dado em Betim. Se vou a um jantar, há uma equipe me fotografando. No dia 2 de julho passado, houve uma caravana da igreja evangélica a 200 metros do meu gabinete. Havia um ônibus de Montes Claros parado na porta. V. Exa. acredita que eles invadiram o almoço evangélico, pensando que o churrasco era meu?

Fiz essa festa em 2008, não me lembro se no dia 12 de abril ou de maio, e tenho as ambulâncias. Estão me acusando de abuso de poder. O que entendo por abuso de poder é quando o Prefeito, por exemplo, que administra o dinheiro público, faz um evento e fica provado que foi gasto dinheiro público nele. Mas nós, Deputados, vamos à Caixa Econômica ou ao Banco do Brasil retirar o dinheiro, que é nosso salário. É abuso de poder gastar o próprio salário? É proibido, Deputado Carlos Pimenta, V. Exa. dar a metade do seu salário ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva? O dinheiro é seu.

Isso ocorreu no início de 2008 e fiquei agora inelegível por três anos. Fiz uma campanha justa, pobre, usei madeira "fit" e papel, enquanto o povo distribuía santinhos nas ruas.

Agradeço à Rádio Itatiaia e ao jornal "Estado de Minas". Não tenho medo da imprensa, não tenho rabo preso. Minha vida é para trabalhar para o povo que me elegeu. Fui perseguido durante dois anos pela Itatiaia e pelo "Estado de Minas".

De coração, quero agradecer os 61.315 votos que recebi, Deputado Carlos Pimenta. Algumas pessoas me diziam: "Pinduca, sei que o senhor não ficará, mas o meu voto é seu". Eu poderia ter tido mais de 100 mil votos, mas tive boa votação porque as pessoas confiaram em mim. De coração, agradeço-lhes novamente, assim como agradeço aos que não votaram. É justo eu perder o mandato, sendo que não matei, não roubei, não coloquei dinheiro na cueca? Só porque sou bom de serviço? Para servir meu povo, não me importa se for sábado, domingo ou feriado. Estou no ar 24 horas. Como acham que o político é eleito? O que esperam do candidato? Que coloque dinheiro no bolso, fique na dele e

volte em quatro anos? Não.

O governo federal vai todo dia à televisão dizer que mandou não sei quantos milhões ao Nordeste mineiro para matar a fome do povo. Isso também é proibido. Por que é proibido que eu gaste meu salário com o povo e contribua com ambulâncias? Deputado Carlos Pimenta, uma pessoa que estava entevada na cama pode fazer terapia por seis meses e passar a sorrir. O governo não consegue fazer tudo, então, é Deus no céu e a equipe do Pinduca na terra.

Não achei justo, foi um roubo. Fui processado, e com essa nova Lei da Ficha Limpa, os ladrões ficam soltos, e os honestos são presos. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Deputado Pinduca, quero dizer-lhe que temos de confiar na Justiça, é claro. É necessário que V. Exa. tome providências, mas é necessário também que haja normatização da lei eleitoral. Não sabemos o que haverá amanhã em relação à Justiça Eleitoral. Se a Lei da Ficha Limpa vale ou não... Os Ministros empataram e não têm a competência ou a coragem para desempatar. Deve haver certa coerência para sabermos o que vale, quem pode ou não disputar as eleições.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que recebi telefonema hoje de uma pessoa de Montes Claros relatando que estava com o pai à porta de um hospital para fazer cirurgia, mas não pôde ser internado porque não se faz cirurgia programada e eletiva na cidade. Aliás, ontem, fez um ano que esse procedimento não ocorre lá devido à greve dos anestesistas. Não entrarei no mérito da questão, mesmo porque não há tempo para isso, mas é impossível imaginarmos uma cidade como Montes Claros - que recebe pacientes de mais de 81 Municípios para serem socorridos, fazerem cirurgia ou outro tratamento de saúde - ser proibida de fazer cirurgia eletiva.

Foi proposta uma audiência pública na Comissão de Saúde, a se realizar no final de outubro ou no início de novembro, após o segundo turno. Faremos um debate e verificaremos o que está havendo, porque existe um silêncio por parte do governo federal, do Ministro da Saúde quanto à revisão da tabela do SUS. Por um lado, vemos que os anestesistas também não podem continuar trabalhando e recebendo o que estão recebendo. É uma vergonha! Não se faz revisão da tabela há 15 anos. Mas, por outro lado, a população não pode pagar o preço que está pagando. O Norte de Minas está parado, a saúde pública está um caos em Montes Claros. O governo do Estado tem ajudado, mas isso ainda é insuficiente. A responsabilidade, Deputado Eros, que está indo para o Congresso Nacional, é fazer a aplicação imediata da Emenda nº 29, que trata do custeio da saúde pública. Não podemos aceitar essa situação da forma como está.

Então, hipoteco a minha solidariedade aos mais de 30 mil pacientes que precisam operar-se no Norte de Minas e em Montes Claros. Além disso, é nossa esperança que o governo federal reveja imediatamente os valores pagos pelos trabalhos executados pelo SUS no País e principalmente no Estado. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva\* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, todos os que nos assistem nas galerias, assessores e servidores do nosso Parlamento, é uma alegria muito grande e uma renovada satisfação retornar a esta tribuna nesta tarde. Na semana passada, agradecemos aos sul-mineiros a confiança, ou seja, os 90.538 votos para a nossa recondução ao Parlamento no quarto mandato. Gostaria de "pegar um ganho" na palavra judiciosa do Deputado Carlos Pimenta, que alude à necessidade da reforma política. Há no Plenário três parlamentares - Deputados Domingos Sávio, Dimas Fabiano e Eros Biondini - que se preparam para representar Minas Gerais, no ano que vem, na Câmara Federal. É inquestionável a necessidade da reforma política no Brasil. Desde o primeiro momento em que assumimos, temos trabalhado muito timidamente a reforma política na sua amplitude, na sua questão legítima, jurídica e constitucional, pois essa discussão não é da Assembleia, mas do Congresso e do Senado. Confesso a todos que ratifico a manifestação do Deputado Carlos Pimenta quanto à questão do voto distrital porque, dos 90.538 votos que obtivemos, 86.500 são da minha região. Então, mais do que nunca, a nossa região me confere essa prerrogativa do exercício. Deputado Domingos Sávio, precisamos sim... Delegaremos a V. Exa., assim como aos Deputados Eros Biondini e Dimas Fabiano e a tantos que participaram conosco de todos esses debates, o papel de porta-voz de Minas, em razão do seu conhecimento, da sua capacidade notável de articular e da experiência extraordinária construída não só neste Plenário, mas também como ex-Prefeito de Divinópolis. Confiaremos e pediremos a V. Exas. que participem efetivamente e retirem da gaveta a reforma política, que há tantos anos é decantada pelo Parlamento federal. Sabemos que precisamos discutir prioritariamente o pacto federativo e trabalhar a Emenda nº 29, daí a nossa mensagem para também unirmos forças no Parlamento, ou seja, em todos os Paramentos, junto aos nossos representantes - os 513 Deputados e os Senadores -, para buscarmos rapidamente, no ano que vem, a discussão da reforma política, tão necessária, oportuna e imprescindível para todos os que fazem política como fazemos.

Sr. Presidente, gostaria de manifestar a nossa satisfação e dizer que ontem tivemos a apresentação de requerimento à Comissão de Assuntos Municipais em favor do nosso Sul de Minas. Refiro-me à instalação da Polícia Federal visando à descentralização de Varginha para Pouso Alegre. Há muito tempo esse preito vem sendo discutido e trabalhado a várias mãos. Agora temos a obrigação de debruçar-nos sobre esse compromisso em favor do nosso povo do Sul de Minas. Hoje a nossa Polícia Federal, tão prestativa e operosa em Varginha, atende e atua em 150 cidades, no tocante à expedição de passaportes e à prestação de serviço a todos os que dela necessitam. Refiro-me à instalação em Pouso Alegre, o que não temos mais de discutir, por tratar-se de uma necessidade. Conclamo, mais uma vez desta tribuna, todos a colaborarem. Já fizemos vários requerimentos e encaminhamentos ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal. Quero unir-me a toda a bancada que assumirá esse mandato em prol da descentralização. Hoje este é o caminho. Deputado Domingos Sávio, é totalmente inviável - em razão das grandes dificuldades enfrentadas - uma cidade do porte de Varginha atender a todos, atender a um conjunto de 150 cidades. Hoje, para se tirar passaporte, existem dificuldades operacionais, enfrentadas até por funcionários. Há ainda os deslocamentos: as pessoas precisam sair de Itapeva para Varginha. Nosso objetivo é a instalação urgentíssima da Polícia Federal em Pouso Alegre para atender todas as pessoas que precisam de seus serviços. Tenho acompanhado o trabalho dos operosos policiais, enfim, de todos os servidores. A descentralização faz-se necessária para que Varginha tenha seu polo, assim como Pouso Alegre, que atenderá grande demanda. Já temos o pleito de 58 cidades. Com certeza, Pouso Alegre será sede. Nessa cidade, a Polícia Federal já está instalada e a junta do trabalho também funciona muito bem. Temos um braço em Santa Rita do Sapucaí. Brevemente teremos a instalação do novo fórum, com mais de 15 varas. Há a Risp em nossa região militar. Dentro de Pouso Alegre, temos a Polícia Civil. O que nos falta é a instalação da Polícia Federal nessa cidade. Com certeza, V. Exa., Deputado Domingos Sávio, com o passaporte brilhantemente carimbado, em razão da grande vitória que obteve, assim como o Eros e o Dimas, poderá nos ajudar relativamente a esse pleito, em Brasília. Concedo, com muita alegria, a palavra a V. Exa., Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Prezado amigo, ilustre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quero inicialmente parabenizá-lo, assim como ao povo do Sul de Minas e de Minas Gerais. A brilhante vitória de V. Exa. vem fazer justiça a um dos mandatos exemplares desta Casa, entre os vários que já acumulou, sempre por merecimento. Fui testemunha nos dois últimos, como este que brevemente será concluído. V. Exa. foi e é um exemplo a ser seguido, em virtude da sua seriedade, competência, ética e dedicação. O povo do Sul de Minas, com sabedoria, derramou uma votação fantástica - quase 100 mil votos -, sobre V. Exa, que retorna a esta Casa como um dos parlamentares mais bem votados, para minha alegria, pois é meu companheiro de partido e de lutas. Quero também me congratular com V. Exa. pelas duas referências feitas a questões fundamentais para nosso país. V. Exa. abordou a necessidade de uma reforma política. De fato, os limites foram ultrapassados. Devemos nos debruçar sobre a reforma política e fazer um pacto nacional pela moralização da política, pelo resgate da credibilidade desse instrumento democrático tão importante, que é o processo eleitoral, que é a organização partidária. Hoje tudo que estamos vendo é por culpa e por omissão da classe política. Obviamente que, não havendo legislação adequada, a justiça eleitoral legisla de forma atabalhoada, com regras de última hora. Com isso, temos visto o País fazer uma permanente crítica, ora elegendo, quase que na base do protesto, algumas figuras que representam muito mais um sentimento de deboche à política, ora se ausentando das urnas. Houve abstenção muito grande. V. Exa. traz também o tema da necessidade da presença da Polícia Federal. O governo federal não pode se omitir diante da gravidade dos crimes de tráfico

de drogas, além desse aspecto burocrático do passaporte. Penso que é hora de discutirmos a possibilidade de descentralizar a emissão do passaporte. O governo federal é muito competente na implantação de postos de arrecadação, e, com certeza, em Pouso Alegre há um órgão da Receita Federal, como na maioria das grandes cidades. Se a emissão da carteira de identidade já é delegada a Prefeituras e servidores municipais, por que não discutirmos uma descentralização da emissão de passaporte? Esse ato se reveste mais de burocracia. Com a informatização e os dados disponíveis sobre cada cidadão em todas as repartições públicas, podemos pensar em algo mais ágil e rápido, deixando a Polícia Federal cuidar do combate ao crime, o que está precisando ser feito com mais eficácia. Parabéns e obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva\* - Obrigado. Com seu apoio, certamente teremos êxito nessa importante missão. Já chegou a hora de termos uma sede da Polícia Federal em Pouso Alegre, em todos os aspectos da sua condução, seriedade e prestação de serviços. Desejo também manifestar nossa satisfação com o Sul de Minas. Há dois anos, a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo realizou uma importante audiência pública em Itajubá, a nosso requerimento. Estávamos preocupados com a situação da Helibrás à época, pois havia muitos boatos sobre o fechamento da fábrica de helicópteros em Itajubá, que passaria para São José dos Campos. Essa situação nos preocupou e nos levou a uma reflexão muito profunda. Embora não seja da nossa competência tratar disso, nós, Deputados, temos de ir até onde as questões estão sendo levantadas. Àquela época, nosso requerimento foi aprovado e debatemos esse assunto, principalmente a importância da geração de empregos e o que a Helibrás representava para Itajubá e região, para Minas e para o mundo. Aquela foi uma importante visita técnica, com participação da Eurocopter. Os assuntos discutidos foram encaminhados ao Presidente Lula, ao Ministério de Defesa Social e ao nosso Governador. A partir daquele momento, todas as ações se iniciaram e os ventos sopraram a favor da Helibrás. Hoje, com contratos assinados no ano passado, a Helibrás recebe investimentos altíssimos e está construindo uma nova planta, e já tendo contratos de fornecimento para fabricação de helicópteros, com contratação de funcionários. A referência maior da aeronáutica no mundo é a nossa Helibrás. Tenho o prazer de estar sempre lá e saúdo o meu caríssimo amigo Fernando Mauad, Diretor Vice-Presidente da Helibrás de Itajubá. Brevemente, serão fabricados 50 helicópteros a cada três ou quatro meses. Estamos gerando aeronaves, a Helibrás tem parceria com o Estado, com governo federal e com outros países. Há muitos desafios e propostas para o Sul de Minas nas áreas da saúde, da educação, da infraestrutura, do Processo, da telefonia etc. Temos o compromisso, firmado pelo Governador Aécio Neves e pelo Prof. Anastasia, de construir o aeroporto de Itajubá. Esse é o compromisso que firmamos com o Prefeito Dr. Jorge, a quem homenageio por sua administração exemplar, com os Vereadores e com a comunidade. Será um grande investimento do governo do Estado em Itajubá, e certamente teremos novos investimentos a partir do ano que vem. Só para encerrar, Sr. Presidente, destaco o projeto da telefonia celular rural, já anunciado pelo Governador Anastasia. Sabemos que nos Distritos de todo o Estado, particularmente os do meu Sul de Minas, há atualmente grande dificuldade na recepção do sinal de celular na zona rural. Mas já tenho me manifestado sobre esse assunto e sei que no ano que vem vamos realizar, a exemplo do que se fez no governo Aécio, um grande investimento na área da telefonia celular na zona rural, atendendo a demanda de todo o Estado e, particularmente, da nossa região. Estejam certos de que, nos preparativos para o encerramento do nosso trabalho neste ano, em nossa Comissão de Justiça, estamos construindo grandes projetos para o desenvolvimento do nosso Estado e da nossa região. Mais uma vez, ao nosso Sul de Minas e a todo o Estado, muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini - Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos os que nos acompanham das galerias deste Plenário, servidores da Casa e assessoria presente. Aproveito para dar um abraço na Dra. Roseli, que me assessorou de maneira exemplar nestes quatro anos, e, na sua pessoa, agradeço a todos os assessores, tanto os do meu gabinete quanto os das comissões, e os servidores desta Casa, entre os quais os da Escola do Legislativo e da TV Assembleia, que nos possibilita chegar a centenas de Municípios de Minas Gerais. Pelo fato de percorrer este nosso lindo Estado, tendo o privilégio, a honra e a alegria de ter sido votado em 841 cidades mineiras, sou testemunha da importância da TV Assembleia. Gosto sempre de frisar em meus pronunciamentos que a TV Assembleia tem hoje o papel fundamental de aproximar os Deputados da sociedade que os elegeu e os colocou aqui, delegando-lhes o poder para representá-la.

Falando em gratidão aos 841 Municípios que me honraram com seu voto de confiança, agradeço também ao Dr. Josué dos Santos Ferreira, fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro - Idelb -, pela carta gentil e generosa em que nos parabeniza pela eleição para Deputado Federal. Essa felicitação tem um significado muito especial para mim, pois em 2008 recebi das mãos do Dr. Josué o Prêmio do Mérito Legislativo - a estatueta da águia -, por um dos projetos que aqui apresentei e que se converteu em lei, após sancionado pelo Governador Aécio Neves. Esse projeto foi premiado no Senado Federal pelo Idelb.

Agradeço ao Dr. Josué dos Santos Ferreira e a todos que enviaram "e-mails" e mensagens, telefonemas, recados e cartas e expresso minha satisfação com esse novo passo, essa nova missão, esse novo desafio que temos pela frente de erguer na Câmara Federal as mesmas bandeiras que erguemos na Assembleia de Minas. Esse é o nosso compromisso. Jamais abriremos mão dos nossos princípios e valores. Sempre estaremos gritando por aqueles que são mais excluídos, estão em situação de risco social, são mais marginalizados e estão acometidos por qualquer tipo de opressão, sobretudo o do vício das drogas. Principalmente, estaremos gritando pelos que não podem fazê-lo: aqueles que estão no ventre de suas mães. Esse grito silencioso se transforma em nosso grito aqui na Assembleia e na Câmara Federal. Os que deveriam estar no lugar mais protegido do mundo, o ventre materno, hoje tremem de medo pelo que lhes pode acontecer pela frente. Quero levantar também essa bandeira em defesa da vida participando da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e contra o Aborto na Câmara Federal. Quero estar lá gritando pelos que não podem gritar, lutando pelos que não podem lutar. Agradeço a cada família que acreditou em nosso projeto.

Sr. Presidente, hoje quero prestar duas homenagens e estendê-las a duas importantes regiões do Estado: a Noroeste e a Norte. A primeira homenagem destina-se a uma cidade que hoje completa 212 anos, e inicio citando parte de seu hino: "As igrejas na fé levantadas, sob um céu de suaves belezas, são as tuas verdades sagradas, testemunhas da tua grandeza". Essa estrofe é parte do Hino de Paracatu, no Noroeste mineiro, que exatamente hoje completa 212 anos.

Na sexta-feira passada, fiz questão de estar nessa cidade para levar meu abraço àquele povo tão preciso, que fez de mim o Deputado com o maior número de votos da base do Governador Anastasia. Tenho a honra, Deputados André Quintão e Alencar da Silveira Jr., de ter sido o Deputado da base do Governador mais votado naquela cidade. Conversava com meu amigo Gláuber César, há pouco, ao telefone, e ele me sugeriu citar uma estrofe do Hino de Paracatu, pois a população me quer muito bem, o que ficou provado nas urnas e o que é muito mais visível na convivência e na acolhida que sempre tenho lá. Estive com D. Leonardo, em sua casa, onde pudemos conversar por um longo tempo sobre os 212 anos dessa cidade histórica, que viveu o Ciclo do Ouro. Além disso, há a agricultura e a pecuária. Atualmente, Paracatu atrai indústrias e comércio. O desenvolvimento está cada vez mais presente lá e, conseqüentemente, na região Noroeste. Discutimos também todas as nossas possibilidades de atuação em prol do Município, de Unai e de toda essa região de Minas Gerais. Envio, então, meu abraço a D. Leonardo, ao Prefeito de Paracatu e, sobretudo, à sua população, tão querida. Você que nos assiste pela TV Assembleia, transmita a seus familiares, amigos e vizinhos da comunidade o abraço da Casa Legislativa pelos 212 anos, com nossos votos de prosperidade, paz, fraternidade, justiça social e desenvolvimento para uma cidade que passei a amar e em que sempre quero estar presente. Ainda este ano voltarei, D. Leonardo, para um encontro em Paracatu e também em João Pinheiro, onde estive na sexta-feira.

Sr. Presidente, gostaria de prestar uma segunda homenagem desta tribuna, porém antes mostrarei apenas um detalhe de Paracatu: neste tempo presente, tivemos oportunidade de atuar junto às entidades sociais que existem na cidade, como a fazendinha de recuperação de dependentes químicos e o asilo vicentino e a Apac. Sobre esta última, está tramitando na Casa a lei de utilidade pública da Apac de Paracatu, para que ela possa receber verbas a partir de emendas parlamentares e, assim ser ampliada, já que os trabalhos realizados pelas Apacs, não só a de Paracatu, mas as de todas as cidades de Minas Gerais, é um trabalho exemplar e maravilhoso. Assim, tivemos essas atuações em prol de Paracatu e a felicidade de intervir para que a Igreja do Rosário, depois de anos, obtivesse a sua restauração.

É grande a alegria que brota de meu coração pela comemoração, no dia de hoje, dos 212 anos da cidade de Paracatu. Temos aqui a presença de meu querido colega e companheiro, Deputado Delvito Alves, da região, com quem me solidarizo, ao desejar que muitas outras ações sejam

realizadas em prol dessa cidade e da região.

A segunda homenagem, Sr. Presidente, é pela celebração dos 10 anos da Diocese de Janaúba. No sábado tive a alegria de estar nessa cidade, ao lado de D. José Ronaldo, segundo Bispo da recente Diocese de Janaúba. O primeiro foi o saudoso e inesquecível D. José Mauro. Além do Bispo, D. José Ronaldo, que nos recebeu na festa de comemoração dos 10 anos da diocese, houve pela primeira vez na região a presença do nuncio apostólico, D. Lorenzo, representante do Papa no Brasil. Com a ajuda do governo de Minas, ele esteve presente oficialmente na comemoração dos 10 anos da Diocese de Janaúba.

Gorutubanos, recebam o nosso abraço, assim como os moradores das outras localidades que compõem a Diocese de Janaúba. Percorremos toda a região e temos um carinho todo especial por essa diocese tão nova e tão atuante. O coordenador da pastoral, Valdeci, grande irmão e amigo, também acolheu todos os que participaram dessa festa. Os integrantes do Mundo Novo, da Canção Nova, e eu tivemos nossa participação em uma noite de louvor e de ação de graças. D. Lorenzo, grande amigo, querido nuncio apostólico, que reside em Brasília, mas que fez questão de estar com D. José Ronaldo naquele momento tão especial, teceu elogios à diocese, àquele povo guerreiro e merecedor desses elogios.

Houve a inauguração do busto de D. José Mauro, maravilhoso, que foi colocado bem à frente da igreja, assim como a instalação da cruz onde será a Catedral de Janaúba. A cidade de Janaúba está de parabéns pelos 10 anos de fundação, pela homenagem que fizeram a D. José Mauro, inesquecível Bispo, por tudo que representou. Atualmente, ele vive na pessoa de cada um da região, da Diocese de Janaúba. É impressionante o carinho, a recordação e o exemplo deixado por D. José Mauro à devoção daquele povo; é impressionante como a passagem de D. José Mauro pela diocese deixou um rastro de luz, de amor, de solidariedade e de esperança para aquele povo. Hoje, D. José Ronaldo dá sequência ao trabalho dessa importante diocese.

Essa comemoração também traz o nosso olhar para a região Norte de Minas Gerais. Na minha presença, como Deputado Estadual e agora como Deputado Federal eleito, os Bispos estão sempre repetindo: "Olhem mais para o Norte de Minas". Tenho a alegria de ter sido um dos Deputados mais votados no Norte do Estado, sobretudo da base do Governador Anastasia, e assumo o compromisso de ser, se Deus quiser, um dos mais atuantes.

Concedo, com muito carinho, aparte ao Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)\* - Deputado Eros Biondini, eu não poderia deixar de parabenizar V. Exa., seus eleitores, enfim, o povo mineiro, por ter votado e levado a Brasília, para os próximos quatro anos, um Deputado como V. Exa., que tem seriedade, com quem tive oportunidade de trabalhar na Comissão de Turismo. Então quero parabenizá-lo e, acima de tudo, ressaltar a mensagem que V. Exa. transmite não só na sua vida pública, mas também nas suas canções, para toda a população. V. Exa. é uma pessoa que tem brilho, é capaz, ganhou o dom de Deus de servir, de fazer. Se Deus quiser, V. Exa. terá muito sucesso em Brasília. Esses são os meus votos, de coração. Sinto-me honrado de ter sido seu colega nesta legislatura. Que Deus o proteja no seu caminho em Brasília! Muito sucesso é o que V. Exa. merece, por ser uma pessoa que tem luz, que brilha. Parabéns!

O Deputado Eros Biondini - Muito obrigado, Deputado Alencar da Silveira Jr. Há recíproca nesse reconhecimento, pois o considero um exemplo em nossa Casa Legislativa. Agradeço a sinceridade de suas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez, parabéns a Paracatu, à Diocese de Janaúba, a todo o povo de Minas Gerais.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputados e Deputadas, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, venho aqui hoje para tratar de importante assunto. Mal saímos de uma eleição estadual, e ainda está em curso o segundo turno da eleição presidencial, já venho alertar, convocar e convidar todas as forças vivas da sociedade de Minas Gerais, porque a Assembleia não para; e não será por causa do processo eleitoral que deixaremos de cumprir com nossas responsabilidades. Já agora, no início de novembro, a Assembleia iniciará o processo de discussão do conjunto das leis orçamentárias, em especial o Plano Plurianual 2008-2011 e a sua revisão. Portanto se trata de um ano estratégico, pois coincide com o primeiro ano do próximo governo, reeleito. Então nesta Casa, em novembro, teremos a oportunidade, por meio da Comissão de Participação Popular, que presido, e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de debater as ações e 57 projetos estruturadores do Estado.** Então, é momento de efetivarmos muito daquilo que foi debatido no processo eleitoral. No Brasil, promessas durante a eleição são muito comuns, quer do Executivo, quer do Legislativo. O pleito nem sequer termina e aqueles candidatos, muitos eleitos, nem se lembram dos acertos, dos debates, dos compromissos firmados com o eleitor.

Venho hoje a esta tribuna para convidar todos os segmentos organizados, conselheiros de políticas públicas, ONGs de todo o Estado de Minas Gerais a acompanhar, no mês de novembro, as audiências públicas de revisão do Plano Plurianual. É no Orçamento que teremos a oportunidade de traduzir e efetivar os compromissos assumidos durante as nossas campanhas eleitorais.

Minas tem muitos desafios. Nesse processo eleitoral, o planejamento regional e o enfrentamento das desigualdades regionais foram muito discutidos. É importante ter esse olhar para o Orçamento do próximo ano. Relevante também é a efetivação do piso nacional do magistério e a valorização dos professores do Estado de Minas Gerais. Na saúde, é fundamental que o governo do Estado invista os 12% previstos na Constituição, cumprindo a lei. No Estado, precisamos descentralizar o atendimento na saúde em procedimentos de média e alta complexidades. Chega de doente para cá e doente para lá, ambulância trombando com outra em nossas estradas. Precisamos, em cada região de Minas, dos hospitais regionais, das UPAs, das policlínicas, de uma maior resolubilidade no atendimento ao cidadão.

No âmbito da assistência social, precisamos fortalecer os Creas, a proteção social especial, principalmente, para enfrentar, com mais determinação, o trabalho infantil, a violência doméstica, a violência e a exploração sexual contra crianças e adolescentes em nosso Estado. É hora, também, de termos uma ação mais efetiva para a revitalização das nossas bacias hidrográficas, não só a do Rio São Francisco, que está em voga pela importância da transposição, mas também as Bacias do Rio Doce, do São Mateus, do Jequitinhonha, do Rio Grande, do nosso querido Sudoeste mineiro, e tantas outras.

É importante, também, nessa revisão, a Assembleia Legislativa - juntamente com o governo do Estado, com as associações dos Municípios, com os sindicatos e também com representantes patronais e de trabalhadores - criar as condições de debate, no ano que vem, em todas as regiões de Minas Gerais, já no processo de elaboração do Plano Plurianual 2012-2015. Deixo aqui esse desafio e essa convocação, que parece constar no programa de governo do atual Governador reeleito Antonio Anastasia. Que possamos, já no primeiro semestre, não apenas no âmbito do chamado Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES -, que é um conselho de personalidade, discutir no Jequitinhonha, no Mucuri, no Norte, no Noroeste, no Sul, na Zona da Mata, no Vale do Aço, no Rio Doce, na região Central, no Sudoeste, no Centro-Oeste mineiro as prioridades de desenvolvimento regional do Estado de Minas Gerais.

Portanto acho que a próxima revisão do Plano Plurianual acena, de maneira estratégica, para o novo governo, porque o último ano desse plano

é o primeiro ano do governo eleito. Então, não é um Orçamento que pode passar despercebido pelas Deputadas e pelos Deputados, bem como pela sociedade. Já estamos concluindo o formato dessa revisão. Faremos de três a quatro audiências públicas no interior do Estado e uma grande audiência em três dias na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Na semana que vem, teremos uma capacitação para os que também quiserem participar de maneira mais efetiva desse processo de revisão.

Portanto, faço aqui um apelo aos Deputados, às Deputadas e, principalmente, à sociedade para que ocupemos esta Assembleia Legislativa no mês de novembro. Que façamos o debate público e que cobremos as propostas debatidas e assumidas nos palanques desta eleição para que Minas Gerais, já no ano que vem, tenha avanços sociais. Estamos na Assembleia para contribuir para os avanços sociais em Minas Gerais, os quais podem ser muitos mais ainda, principalmente na linha do desenvolvimento regional, com justiça social e mais democracia em Minas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva\* - Caro Presidente, José Henrique, é com muita alegria que estamos nesta tribuna para pedir a atenção de todos os Prefeitos, Vereadores, lideranças comunitárias e, sobretudo, de todas as pessoas interessadas no processo de desenvolvimento das regiões mais carentes de Minas para a matéria de página inteira publicada hoje no jornal "O Tempo", com o seguinte título: "Ferrovia será construída no Norte de Minas a partir de 2012. Governo irá contratar estudo de viabilidade da obra, que tem orçamento estimado em R\$1.000.000.000,00".

Sr. Presidente, a minha alegria com esta notícia é que ela vem confirmar uma luta que desenvolvo há mais de 20 anos para que os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha possam ter uma ferrovia e para que este modal se ligue ao entroncamento rodoferroviário existente em Governador Valadares e, finalmente, possibilite àquela região deixar de ser um peso para o governo de Minas e até para o governo federal no que tange a sua indigência econômico-financeira.

Caro Sr. Presidente, sei que V. Exa., hoje de manhã, ao passar pela banca e ver essa notícia, exultou e até comemorou, em minha homenagem, essa grande vitória. Já no almoço de hoje, encontrei-me com os Deputados recém-eleitos para esta Casa Hélio Gomes e Neilando Pimenta, que deverão tomar posse no dia 1º de fevereiro, para conversar sobre esse assunto, a fim de, junto a V. Exa., engrossar as fileiras dos que entendem que, sem estrutura logística, os Vales do Mucuri, do Jequitinhonha e do Rio Doce não terão como explorar suas riquezas.

É preciso ressaltar que os jazimentos minerais existentes na região do Rio Doce, especialmente em Guanhães, Malacacheta, Água Boa, Capelinha, Jenipapo de Minas, Chapada do Norte, e sobretudo esse gigantesco jazimento de minério de ferro na região de Grão-Mogol, estavam a nos preocupar pela falta de preocupação dos governos do Estado e federal em relação à necessidade de uma estrada de ferro. Parecia que eu era, nesta Casa, um dom quixote a esgrimir com moínhos de vento, quando falava em ferrovia naquela região. Foram quatro anos de luta nesta Casa, mais 16 anos como Prefeito de Teófilo Otôni e como Deputado Federal, repetindo a mesma catilinária de que a única forma de erradicar a miséria dos Vales do Mucuri, do Jequitinhonha e do Rio Doce seria por meio da logística de uma estrada de ferro. Também reafirmei, por várias vezes, a perspectiva de estudar a possibilidade de se criarem mais três barragens no Rio Jequitinhonha por meio de eclusas que seriam feitas na Barragem de Irapé e na barragem próxima a Salto da Divisa, na Bahia. Essas cinco barragens tornariam o Rio Jequitinhonha navegável, completando o trabalho logístico para buscar as riquezas minerais existentes na região.

Às vezes, Sr. Presidente, sentia que alguns companheiros me olhavam de forma estranha, quando afirmava, no mapeamento geológico que fiz na época em que era Secretário de Estado Adjunto de Recursos Minerais do Estado, que aquela região estava assentada sobre a maior província pegmática das Américas e que as riquezas existentes no Nordeste, até o Norte e o Noroeste de Minas, do meu querido companheiro Almir Paraca, que esses jazimentos minerais seriam a redefinição não apenas de nossa região, mas também do Estado de Minas Gerais e do próprio Brasil. É uma nova fronteira mineral que nos coloca à frente do Afeganistão e de vários países da Ásia e da Europa, que hoje estão prospectando as suas jazidas com a cobiça internacional. Agora, Minas desperta para um tempo novo e diferenciado, quando determina a contratação de uma empresa internacional para fazer o projeto da ferrovia que irá cortar a nossa região, os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, para atingir o Norte de Minas e o Noroeste do Estado.

Caro Presidente, por várias vezes dissemos aqui sobre o potencial inexplorado que temos, uma imensa riqueza em nosso subsolo, contrastando com uma igualmente imensa e endêmica pobreza e com o sofrimento de nosso povo sob o solo fértil e maravilhoso dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha.

Nasci em Medina, no Jequitinhonha, e quero congratular-me com os Prefeitos da minha região por termos conquistado atenção especial do governo na elaboração de uma parceria público-privada para a exploração das jazidas minerais, mas, sobretudo, desse modal ferroviário.

Ontem, antes da publicação dessa matéria no jornal "O Tempo", eu lia uma matéria do jornal "Mercado Comum", na página do "Radar Econômico", onde o Consórcio Novo Horizonte estimava investimentos de R\$3.600.000.000,00 na mina de ferro da região de Grão-Mogol. Li na matéria a determinação das empresas coligadas, que formaram esse consórcio, de investir R\$900.000.000,00 na área da logística. Hoje vem a informação de que o Estado bancará parte da logística em uma parceria público-privada, com investimentos da ordem de R\$1.000.000.000,00 em 500km de uma estrada de ferro para a nossa região.

Caro Presidente, Deputado José Henrique, cumpre a nós agora, a V. Exa., que sempre foi votado naquela região, naquele conflito existente entre Rio Doce, São Mateus e Mucuri, trabalhar muito. Primeiro para redefinir as macrorregiões do Estado, porque não se pode admitir uma manchete desse porte. Essa jazida mineral está no Nordeste de Minas, no Vale do Jequitinhonha, e não no Norte. É preciso um estudo, uma redistribuição, porque toda aquela seca, aquela miséria do Norte de Minas se expandiu para os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e atinge, de forma violenta, o Vale do Rio Doce, que hoje é tão pobre quanto o Jequitinhonha e o Mucuri. Se verificarmos o mapa de Minas Gerais, o Nordeste de Minas inteiro está sendo assolado não só pela seca, mas pelo tradicional esquecimento do governo em relação ao aproveitamento de suas riquezas.

Não houve atenção em relação ao grande projeto das pequenas barragens que montamos no passado. Hoje a Ruralminas começa a refazê-lo. Votamos uma lei, de autoria de Roberto Carvalho, nosso grande companheiro, a qual se chama Bolsa Verde, mas até agora o IEF não começou a implantá-la. Essa lei seria para refazer nossas nascentes, nossas matas ciliares, reconstituir nossos córregos e riachos, mas ainda temos aquela visão fantasmagórica de passar pelo Jequitinhonha por pontes e mais pontes sobre rios que já não existem, que já secaram ou que só existem na época das chuvas, dois ou três meses ao ano.

Sr. Presidente, regozijo-me com as lideranças dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e parte do Vale do Rio Doce, que serão altamente beneficiados por essa nova ferrovia definida e determinada pelo governo do Estado em uma parceria público-privada.

A notícia que demos e que muita gente pensou que não seria verdadeira é que, a partir de abril do próximo ano, começam os trabalhos para a mineração naquela região. Sabíamos que a ferrovia viria e queríamos que viesse há mais tempo, mas agora temos a certeza de que, em 2012, as obras da ferrovia começam. É claro que sabemos da necessidade de seis meses a um ano para a execução do projeto de seu traçado. E aqui

cabe, Sr. Presidente, homem do Vale do Rio Doce, um chamamento para uma luta conjunta, porque temos de interligar a estrada de ferro Vitória-Minas com a futura estrada de ferro Bahia-Minas, que sairá da Bahia, subirá pelo Mucuri, atravessará a Serra dos Aimorés, Nanuque, Carlos Chagas, Teófilo Otôni, Ladainha, passará por Novo Cruzeiro e chegará a Araçuaí. Há necessidade da interligação dessas duas ferrovias por dois aspectos importantes.

O primeiro deles diz respeito à estrada de ferro Vitória-Minas, que está com grande capacidade ociosa. Por outro lado, os portos do Espírito Santo, especialmente o de Tubarão, não comportam maior número de carga, e não há como ampliá-lo. É por isso, Sr. Presidente, que há necessidade de entendimento dos políticos para convencer os técnicos da importância dessa interligação da estrada de ferro Vitória-Minas com a futura estrada de ferro Bahia-Minas, juntando toda a região pobre de Minas Gerais num grande projeto econômico, aproveitando a Zona de Processamento de Exportação localizada em Teófilo Otôni. Esse seria um ponto para preparar todos os produtos minerários ou de outra natureza - como o café, o suco ou tudo o que pudermos produzir - para a exportação. Discutimos essa questão da necessidade de união das nossas regiões porque a miséria do Norte de Minas que se expandiu para todo o Jequitinhonha, que abraçou e abrangeu o Mucuri, também assola o Vale do Rio Doce.

Há necessidade de investimentos públicos na área ambiental, na preservação de córregos e rios e também nos grandes barramentos do Jequitinhonha e Mucuri. Estamos hoje retomando as obras da barragem de Carlos Chagas, já fizemos uma barragem lá em baixo, em Serra dos Aimorés, na divisa com Nanuque, e outra barragem está sendo construída no limite dos Municípios de Carlos Chagas, Pavão e Teófilo Otôni. Portanto, há necessidade de grandes e pequenos barramentos para regularizar a questão hídrica da região.

Vejo com preocupação que temos de deslocar os recursos do Prohidro no orçamento deste ano para o próximo ano, de forma que andemos "pari passu" com as providências. Vamos iniciar o processo de mineração, mas temos de iniciar também o processo de recuperação dos mananciais, de proteção do meio ambiente, de crescimento econômico e sustentável.

Meu caro Presidente, esse é um momento histórico, e quis registrá-lo dessa forma. É para a minha felicidade que V. Exa. ocupa a Presidência neste momento, porque é um homem sensível e, em todos os instantes, deu-nos apoio e suporte para mantermos essa luta e trazer uma ferrovia aos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Assim, teremos a interligação dessas duas regiões.

Peço vênia a V. Exa., pois o companheiro Almir Paraca, que me sucederá, ainda não está no Plenário. Peço-lhe que me conceda mais 2 minutos, considerando a importância do assunto, para que possa concluir. Esse momento precisa e deve ser registrado para que todos nós que ocupamos cargos públicos, como V. Exa., que tem tantos mandatos, possamos convocar os colegas novos que estão chegando, com o suporte dos que aqui estão, a fim de efetivamente apoiarmos o governo nessa determinação de construção da ferrovia dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha.

Finalizo, Sr. Presidente, pedindo vênia a V. Exa. para sugerir a todos os Prefeitos, Vereadores e lideranças comunitárias dos Vales do Mucuri, do Jequitinhonha e do Rio Doce que comprem ou tirem uma cópia xerox da página do jornal "O Tempo", - se precisarem, podem pedi-la em meu gabinete que a enviarei -, cuja matéria mostra a determinação do governo de Minas Gerais em construir uma nova ferrovia no Estado para atender às regiões mais pobres, mais desassistidas e mais deprimidas - e nelas, lamentavelmente, inclui-se a nossa.

Deputado Almir Paraca, obrigado por me permitir antecipar ao seu pronunciamento. Sei que V. Exa. sonha também com essa estrada de ferro, que sairá de um porto do Sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo, subirá pelo Mucuri, chegará ao Jequitinhonha, atingirá Montes Claros, chegando a Unai e a Brasília. Esse é o caminho natural de uma ferrovia de penetração no território brasileiro para resolver o problema das regiões mais pobres, carentes e deprimidas do nosso Estado. Se houver essa ferrovia, companheiro Almir Paraca, estaremos cumprindo com a nossa obrigação de dar às futuras gerações certeza de futuro, por meio de muito trabalho, riqueza e desenvolvimento sustentável.

Por isso, Sr. Presidente, estou eufórico neste meu pronunciamento. Agradeço a V. Exa. e ao Deputado Almir Paraca a cessão do espaço para que eu pudesse desabafar essa minha alegria e esse meu contentamento. Agradeço aos senhores, caros companheiros e colegas de trabalho na Assembleia de Minas, a oportunidade que me deram, ao longo desses quatro anos, de encetar essa luta. Ao final deste ano, temos certeza de que valeu a pena. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca\* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, público presente nas galerias, imprensa e telespectadores da TV Assembleia, somos testemunhas do esforço e do trabalho persistente e dedicado do nobre Deputado Getúlio Neiva. Queremos cumprimentá-lo e compartilhar com ele esse sentimento e espírito de conquista, vitória e dever cumprido. Além disso, registrar o nosso contentamento, pois percebemos que essa pauta do desenvolvimento regional, pouco a pouco, vai afirmando-se e passa a ser efetivamente considerada. Na campanha eleitoral que se encerrou em Minas no primeiro turno, tanto Anastasia - candidato vitorioso - quanto Hélio Costa defenderam claramente propostas para o desenvolvimento regional. O candidato Hélio Costa apresentava um termo que era a criação das agências de desenvolvimento regional. Já Anastasia falava sobre as zonas de desenvolvimento regional. Certo é que, com terminologias distintas ou mesmo com uma concepção de instrumentos diferenciados, a ideia é uma só: parte do reconhecimento de que há desequilíbrios regionais enormes no Estado. Diz-se que Minas Gerais é o retrato do Brasil, ou melhor, que simboliza, de fato, o País, porque há discrepâncias no nosso Estado. Quando consideramos as regiões brasileiras, observamos que estão muito bem demarcadas, determinadas e explícitas. Essas diferenças são muito claras quando se observa a dinâmica econômica do Sul de Minas, da região Central e do Vale do Aço. O Mucuri, o Jequitinhonha, o Norte de Minas e a região Noroeste encontram-se ainda com grandes desafios. Há muitas diferenças dessas outras regiões do Estado. Deputado Getúlio Neiva, estamos acompanhando, com muita expectativa, na nossa região, uma discussão proposta pelo Deputado Antônio Andrade - aliás, ela já está bastante avançada -, que é a inclusão dos Municípios do Noroeste de Minas no Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO. De fato, a região Noroeste carece desses instrumentos, principalmente de incentivos fiscais creditícios para estimular o desenvolvimento regional. Certamente, utilizando o termo usado pelo Deputado Getúlio Neiva, isso pode ser extensivo às demais regiões economicamente deprimidas do nosso Estado. Esperamos, de fato, que essa agenda se estabeleça. O Deputado André Quintão, que nos antecedeu há pouco, também abordou a necessidade de, ao discutirmos o Plano Plurianual, que alcança ainda o primeiro ano do mandato vidoiro do Governador e também os nossos, atualizarmos esse plano e incluímos, de forma decisiva e prioritária, a participação da comunidade e da sociedade civil organizada, dos gestores públicos, dos empreendedores privados e dos sociais - que felizmente são muitos no Estado. O desafio é equalizar os desequilíbrios regionais de Minas Gerais.

Nós, que somos do Noroeste de Minas, que também militamos nessa região e na Central, bem como no Vale do Jequitinhonha, conhecemos de perto a realidade e sabemos o quanto precisamos avançar. Citarei, como exemplo, o Noroeste de Minas. Deputado Getúlio Neiva, muitas pessoas que moravam em nossa região - na divisa com a Bahia e Goiás e principalmente com o Distrito Federal - se desconheciam como mineiros, tamanho o vínculo, tamanha a influência da Capital federal sobre o Noroeste do Estado de Minas. Até pouco tempo, o sinal da TV só chegava de lá. Os vínculos com Minas foram se perdendo. Hoje o Prefeito da cidade de Formoso, para vir a Belo Horizonte, precisa pegar seu veículo e dirigir-se a Brasília, de onde partirá de avião com destino a Belo Horizonte. É evidente a importância do Processo, que facilitará tudo. Se o Prefeito de Formoso quiser vir a Belo Horizonte por meio de seu veículo, ele poderá fazê-lo por asfalto, o que representa grande conquista, grande vitória. A região passa, graças ao asfalto, a respirar, de alguma maneira, ares de civilização. Todavia isso ainda é muito pouco, está chegando muito atrasado. Está sendo paga à região Noroeste uma dívida antiga, em comparação com outras cidades de outras regiões do Estado. É preciso avançar. Esperamos que as peculiaridades regionais sejam observadas. O Noroeste de Minas tem uma peculiaridade significativa: lá está concentrado o maior número de assentamentos de reforma agrária do Estado. Se quisermos, de fato, ter uma proposta para o desenvolvimento do Noroeste de Minas, temos de considerar o agronegócio, que está forte principalmente em alguns Municípios



maiores, sem desvalorizar ou computar devidamente o papel da agricultura familiar tradicional, principalmente nos assentamentos de reforma agrária. Trata-se de um grande desafio, porque nossos assentamentos de reforma agrária, e não só do Noroeste de Minas, mas também de todo o Estado, estão demandando uma política específica de atendimento à assistência técnica e creditícia, de orientação, de organização produtiva e de fomento efetivo. Precisamos ter um olhar carinhoso, generoso e inclusivo para a agricultura familiar nessas regiões economicamente deprimidas de nosso Estado.

O Governador Anastasia, durante a campanha, falava muito do papel indutor do Estado, com o que concordamos. Talvez, haja uma divergência de intensidade ou de clareza a respeito das áreas e de que papel é esse, efetivamente. Não é possível alavancar o desenvolvimento regional e atacar seus desequilíbrios em Minas Gerais, sem a presença do Estado com esse espírito de fomento e com essa abordagem de indutor do desenvolvimento. O Estado deve se ater ao aspecto de garantia da infraestrutura, deve garantir a expansão e a efetiva utilização dos dois institutos federais que conquistamos para a região Noroeste neste mandato, um em Arinos e outro em Paracatu, e deve computar, de forma séria e equilibrada, as demandas de capacitação e formação de mão de obra qualificada para enfrentar esse desafio.

Por fim, gostaria de tratar do programa Luz para Todos, uma ação que acompanhamos de perto e que ainda é aguardada por muitos em Minas Gerais. Durante a campanha, por onde passei, a cobrança pelo Luz para Todos era permanente. Portanto, esperamos que a Cemig se programe para liquidar a demanda reprimida. E, mais uma vez, registro o pouco cuidado da Cemig com o grande público que tem em todo o Estado. Solicitamos, mais uma vez, que ela informe, com precisão, o calendário de atendimento. Essa é a grande queixa, pois muitos estão cadastrados no programa há mais de quatro anos, mas não receberam nenhuma informação precisa que os orientasse. Eles precisam saber quando o atendimento será feito. Essa é uma expectativa legítima e justa. Portanto, mais uma vez, trazemos a público a cobrança pelo planejamento do atendimento dos inúmeros produtores cadastrados não atendidos no programa Luz para Todos. Não me refiro apenas ao Município de Paracatu ou à região Noroeste de Minas, mas ao Norte de Minas e aos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha.

Por fim, fiz um pronunciamento ontem sobre o aniversário de Paracatu em 20 de outubro. Estava pensando, não como Deputado, mas como cidadão comum, que presente é possível dar para a cidade no seu aniversário e em qualquer outro dia. Que comportamento do cidadão deve ser considerado um presente para a comunidade? Não é possível divergir da opinião de que a postura a ser adotada deve ser do cidadão comprometido, que se interessa pelos destinos da comunidade, que acompanha suas grandes questões e atua com o objetivo de fiscalizar, interferir e deixar sua marca para auxiliar no planejamento e execução de ações que atendam à expectativa da comunidade, que sempre são de desenvolvimento, criação e ampliação de oportunidades para o conjunto da população.

Traduzindo nossa manifestação, entendo que Paracatu precisa ser presenteada de fato, por sua população e pelas lideranças - aquelas investidas em função pública, como é o meu caso, e de lideranças dos setores educacional, cultural, empresarial, do terceiro setor e dos religiosos de todas as crenças. Do meu ponto de vista, esse presente é a participação e colaboração na construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu, coisa que, em seus 212 anos de idade, a cidade ainda não pôde construir. Para ser legítimo e autêntico e para atender de fato a necessidade, esse plano precisa ser construído de forma intensamente participativa, e esperamos que a Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu - auxiliada pela Fundação João Pinheiro e com o apoio da Prefeitura, das empresas locais e da Associação Comercial e Industrial de Paracatu - não pare a ação já iniciada. Lembro que já tivemos um prejuízo, uma vez que parte considerável das reuniões para a construção do plano ocorreu exatamente no período eleitoral, dificultando a participação mais atenta e decidida da comunidade e de muitas lideranças. Eu mesmo me senti prejudicado por não poder participar, já que, em plena campanha eleitoral, qualquer manifestação nossa nesse ambiente poderia ser interpretada como uma intervenção de natureza política e eleitoral. Portanto, em muitos momentos me abstive de participar. Mas entendo que o trabalho não está concluído: ainda temos muito o que discutir, avaliar, propor, analisar e planejar. Assim, esperamos que a conclusão do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu seja feita de tal maneira que ele se constitua como um instrumento que oriente a ação de todos os gestores públicos e demais lideranças para a promoção de uma melhor qualidade de vida da nossa população.

Vou continuar atuando nesse espaço e nessa direção, esperando que as demais lideranças constituídas não se furtem a deixar a sua contribuição e que todos se envolvam de tal maneira que se sintam donos do plano que vai nascer. Em particular, espero que as mineradoras, especialmente a Rio Paracatu Mineração, que explora ouro na cidade, façam jus ao seu discurso institucional que promove a responsabilidade socioambiental, acatem as orientações desse plano e nos ajudem a diversificar a matriz produtiva de Paracatu para fazer frente ao final da mineração. Sabemos, Sr. Presidente, que a mineração dá uma safra só. Se Paracatu vive hoje uma dinâmica econômica muito intensa, é em parte em função da atividade das duas grandes mineradoras que atuam na cidade, mas essa dinâmica certamente, naquilo que diz respeito à contribuição da mineração, tem uma data para terminar. Ela pode ser adiada por cinco ou dez anos, mas um dia vai acabar, e, como comunidade organizada, temos de fazer o dever de casa para que os impactos que virão sejam menores e diluídos, de forma a não prejudicar o pleno desenvolvimento da comunidade.

Agradeço a oportunidade e a tolerância da Presidência, desejando um feliz aniversário para Paracatu e nossa gente em seus 212 anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/10/2010, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Mafalda Zaidan de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas;

exonerando Maria Lúcia Soares de Mendonça do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas;

nomeando Elize Maria Julio para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas;

nomeando Mafalda Zaidan de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas;

nomeando Maria Lúcia Soares de Mendonça para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2010

Nº DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 78/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 9/11/2010, às 9h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de câmera filmadora digital, máquina fotográfica digital, baterias recarregáveis, componentes, acessórios, suprimentos fotográficos e webcam.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório - GAPL - da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Termo de Convênio

Primeira Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo Conveniente: Município de Mendes Pimentel. Objeto: instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembleia. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1. Vigência: 10 anos, a partir da assinatura.